



Anais da Assembléia

Nº 23

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 09 DE ABRIL DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 1980

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Edilson Alencar.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Darcy Deitos, David Cherigate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fideicino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48), achando-se ausentes os Srs. Deputados: Tércio Albuquerque, Aguinaldo Pereira Lima, Dácio Leonel, David Federmann, João Mansur, José Domingos, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Rosário Pitelli e Waldyr Pugliesi (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Está em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, para que não se façam injustiças nesta Casa, se eu bem escutei, no início da ata, se colocou a presença de 58 Srs. Deputados, e na leitura da ata e na votação de alguns requerimentos aqui neste plenário, ontem, inclusive não havendo número para continuidade da sessão, no fim, feita a chamada nominal na Ordem do Dia, eu tenho certeza absoluta, e o Deputado Domício Scaramella foi quem fez, foram 48, 49 Deputados que responderam, razão pela qual, Sr. Presidente, para que não se façam algumas injustiças no encaminhamento de expediente que faremos no Estado todo, gostaria que se considerasse nesta Ata os 49 que realmente estiveram aqui na Assembléia, e não os 58, que é a totalidade da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Esta Mesa anotou as observações feitas pelo nobre Deputado, e as providências necessárias serão tomadas.

Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, eu só solicitei a discussão pelo mesmo assunto, visto que ontem, antes da votação da Ordem do Dia, foi pedido chamada nominal, e o Sr. Primeiro Secretário, após feita a mesma, constatou a presença de 49 Srs. Deputados, e hoje, para surpresa nossa, COMO ACONTECE EM TODAS as sessões, estão presentes 58 Srs. Deputados.

Então, eu solicitaria à Presidência da Casa, para que o Sr. 1.º Secretário fornecesse a lista de chamada da Sessão Plenária de ontem, e fizesse o devido acerto na Ata.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Com as observações feitas pelos nobres Deputados, a Ata é aprovada, e eu convido o Sr. 1.º Secretário a ler o expediente que se encontra sobre a mesa.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Como líder da bancada do Bloco Parlamentar do PMDB, encaminho a Vossa Excelência a indicação dos membros desta bancada, para a composição das Comissões Técnicas Permanentes:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares

JOSÉ TAVARES
DENI SCHWARTZ
FIDELCINO TOLENTINO
WALDYR PUGLIESI

Suplentes:

TRAJANO BASTOS
LINEU TURRA
NILSO SGUAREZI
NELTON FRIEDRICH

COMISSÃO DE FINANÇAS

DARCY DEITOS
TADEU LÚCIO MACHADO

JOSÉ TAVARES
WALDYR PUGLIESI

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

DENI SCHWARTZ
DARCY DEITOS

TADEU LÚCIO MACHADO
NESTOR BAPTISTA

COMISSÃO DE AGRICULTURA

NELTON FRIEDRICH
TRAJANO BASTOS

ROMERO FILHO
GERNOTE KIRINUS

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

LINEU TURRA
CARLOS ZANLORENZI

ROMERO FILHO
NESTOR BAPTISTA

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

FIORI LUIZ
ROMERO FILHO

DENI SCHWARTZ
JOSÉ TAVARES

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

NILSO SGUAREZI
NESTOR BAPTISTA

FIORI LUIZ
GERNOTE KIRINUS

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

GERNOTE KIRINUS
NELTON FRIEDRICH

TRAJANO BASTOS
ROMERO FILHO

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA (POLÍCIA)

JOSÉ TAVARES
NILSO SGUAREZI

FIORI LUIZ
FIDELCINO TOLENTINO

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

WALDYR PUGLIESI
FIORI LUIZ

TADEU LÚCIO MACHADO
NESTOR BAPTISTA

Titulares:

Suplentes:

COMISSÃO DE REDAÇÃO
TADEU LÚCIO MACHADO
LINEU TURRA

GERNOTE KIRINUS
NILSO SGUAREZI

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
LINEU TURRA
DARCY DEITOS

WALDYR PUGLIESI
DENI SCHWARTZ

COMISSÃO DE TURISMO
NESTOR BAPTISTA
ROMERO FILHO

JOSÉ TAVARES
DARCY DEITOS

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
FIDELCINO TOLENTINO
DENI SCHWARTZ

GERNOTE KIRINUS
CARLOS ZANLORENZI

COMISSÃO DE ECOLOGIA E
MEIO AMBIENTE

NELTON FRIEDRICH
TRAJANO BASTOS

NILSO SGUAREZI
TADEU LÚCIO MACHADO

Valho-me da oportunidade para renovar meus sentimentos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1980.

(a) RENATO BERNARDI

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do Bloco Parlamentar do PARTIDO POPULAR nesta Casa Legislativa, tenho a honra de encaminhar a essa Comissão - conforme relação anexa - os nomes dos Srs. Deputados integrantes do Bloco Parlamentar do Partido Popular, INDICADOS para comporem as diversas Comissões Técnicas desta Casa.

Titulares:

Suplentes:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PAULO CAMARGO

EDILSON ALENCAR

COMISSÃO DE FINANÇAS
JOÃO ELÍSIO

PAULO CAMARGO

COMISSÃO DE AGRICULTURA
EDILSON ALENCAR

JOÃO ELÍSIO

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
JOÃO ELÍSIO

EDILSON ALENCAR

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
EDILSON ALENCAR

PAULO CAMARGO

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PAULO CAMARGO

JOÃO ELÍSIO

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
EDILSON ALENCAR

JOÃO ELÍSIO

COMISSÃO DE ECOLOGIA E
MEIO AMBIENTE
PAULO CAMARGO

JOÃO ELÍSIO

Bloco Parlamentar do Partido Popular
Sala das Sessões, em 09 de abril de 1980.

(a) DÁCIO LEONEL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na condição de Líder do Bloco Parlamentar Trabalhista, indica o Deputado MÁRIO CELSO para compor as Comissões de Orçamento, Indústria e Comércio, Instrução Pública, Polícia, Redação e Recursos Humanos, e para a suplência das referidas Comissões o subscritor do presente, bem como para titular das Comissões de Justiça e Turismo, figurando como suplente o nobre Deputado Mário Celso.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1980.

(a) ADALBERTO DAROS

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora VITÓRIA BORGUEZAN, ocorrido aos 75 anos de idade, na cidade de Francisco Beltrão, nesta data.

Requer outrossim, que do presente se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1980.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Vitória Borguezan era casada com o Sr. Paulo Borguezan (falecido), que foi Prefeito Municipal, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Francisco Beltrão.

Mulher pioneira do município e região, enfrentou, ao lado do marido, as dificuldades que marcam todo o pioneirismo, sendo, nos seus últimos dias de vida, alvo de carinho e admiração de toda a sociedade sudoestina, em especial a beltronense, o que justifica toda a homenagem que for prestada ao seu nome, após a sua morte.

Deixa os filhos Dorvalino Borguezan, Jacinto Borguezan, Ivo Borguezan e Maria Borguezan Iurque, e 22 netos.

Endereço: Rua Senador Vergueiro, 83 - 85.600 - Francisco Beltrão - Pr.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, consigne na ata dos trabalhos de hoje, um voto de felicitações pelo transcurso do oitavo ano de fundação da TV Esplanada Canal 7, de Ponta Grossa.

A referida estação de televisão, pela eficiência de sua administração e dedicação de seu corpo de funcionários e ainda mais, pela modernização de seus equipamentos, tem se constituído num dos justos orgulhos do povo pontagrossense.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1980.

(a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de louvor à Ordem dos Advogados do Brasil, secção do Rio de Janeiro, pelo seu posicionamento, visando impedir a demolição do prédio da UNE, na Praia do Flamengo, naquela cidade, dando-se ciência deste expediente aos Excelentíssimos Srs. Dr. CÉSAR AUGUSTO GONÇALVES PEREIRA, DD. Presidente do Conselho Seccional da O.A.B., do Rio de Janeiro, e DD. Dr. AARÃO REIS, DD. Juiz da 3ª Vara da Justiça Federal, do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Posicionamento corajoso e de inteiro espírito de justiça,

está sendo tomado, presentemente, pelo douto Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Rio de Janeiro, com a aprovação de uma moção de apoio ao Juiz da 3ª Vara Federal, o qual pediu, recentemente, que se instaure ação penal contra o Secretário de Segurança daquele Estado, o Diretor-Geral da Polícia Federal e um funcionário daquele Departamento, todos acusados de desobedecer ordem judicial que determinou a suspensão da demolição do prédio da UNE, na Praia do Flamengo.

A moção da OAB, segundo o presidente do Conselho, Dr. César Augusto Gonçalves Pereira, tem por objetivo DEFENDER A ORDEM JURÍDICA E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, violados pelo flagrante desrespeito a uma ordem judicial.

Ato de grandeza, nesse episódio, foi praticado pelo Juiz Aarão Reis, o qual, ao se caracterizar a desobediência à ordem judicial pelos coatores, foi pessoalmente à Praia do Flamengo, onde está localizado o prédio da UNE, e auxiliado por um Oficial de Justiça, expulsou os operários e os soldados da P.M., lacrando suas portas.

Nossa solidariedade a esse digno magistrado é expressada através deste voto de louvor à entidade representativa da classe que apoiou o exercício da sua profissão e da preservação da ordem jurídica e da sempre esquecida Constituição do Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que conste da programação daquela Secretaria e com prioridade, a pavimentação asfáltica da estrada que liga os Municípios de Centenário do Sul e Miraselva.

Trata-se de um trecho que não atinge vinte quilômetros e que poderia ser também uma excelente opção para os moradores de Centenário, Lupionópolis, Cafeara, Santo Inácio e das imediações, que atualmente se utilizam da rodovia Centenário - Guaraci - Jaguapitã.

A pavimentação dessa estrada, não só traria benefícios para Miraselva e Centenário, mas atingiria várias outras cidades que também esperam por esse benefício.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1980.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER após ouvido este Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da TELEPAR, solicitando informações sobre a possibilidade da instalação de mono-canal telefônico para as localidades de Flor da Serra no Distrito de Quatro Pontes e Bela Vista, Distrito de Iguaporã, ambos no Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1980.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A população das localidades de Flor da Serra e Bela Vista recentem-se dos benefícios proporcionados pela comunicação telefônica, e nesse sentido, juntamo-nos aos reclamos populares e no empenho dos Vereadores Ariovaldo Luiz Bier e Pedro Rauber, junto à TELEPAR, para que estes benefícios sejam levados até o interior dos distritos mencionados.

É da máxima importância que estas localidades contem com tais benefícios que hoje, acima de tudo e diante do avanço tecnológico, não se trata de sofisticação, mas sim, de uma necessidade para a integração entre as comunas mais distantes dos grandes centros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER após ouvido o Plenário desta Casa, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Gilberto Geraldo Garbi, MD. Presidente da TELEPAR, solicitando ao mesmo a extensão de cabo físico para telefonia entre a sede e o Distrito de Porto Mendes, no Município de Mal. Cândido Rondon. É o que requer.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1980.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação junta-se às reivindicações já feitas pelo Legislativo Municipal Rondonense, através de trabalho elaborado pelo MD. Vereador Pedro Rauber, contando com aprovação por maioria absoluta dos demais Pares daquela Casa Legislativa.

Naturalmente aguardamos que o Sr. Presidente da TELEPAR, possa nos informar com brevidade, sobre a situação e a possibilidade para que este pedido venha a ser atendido, pois representa a ansiedade popular daquela comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que seja criado o Distrito Judiciário de São Pedro, no Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1980.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de São Pedro, no Município de Toledo, foi criado através da Lei número 7211, de 22/10/79, estando assim atendidas as condições para que a pretendida criação e instalação de Distrito Judiciário, implique no conseqüente provimento de:

a) Secretaria de Foro Extrajudicial (Tabelião de Registro e de Notas);

b) Justiça de Paz Temporária;

c) Sub-Delegacia de Polícia.

Com o presente requerimento, queremos agora convalidar e proporcionar melhores condições para o desenvolvimento do Distrito de São Pedro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que seja criado o Distrito Judiciário de São José, no Município de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1980.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de São José, no Município de Santa Helena, foi criado através da Lei número 7159, de 11/06/79, estando assim atendidas as condições para que a pretendida criação e instalação de Distrito Judiciário, implique no conseqüente provimento de:

a) Secretaria de Foro Extrajudicial (Tabelião de Registro e de Notas);

b) Justiça de Paz Temporária;

c) Sub-Delegacia de Polícia.

Com o presente requerimento, queremos agora convalidar e proporcionar melhores condições para o desenvolvimento do Distrito de São José.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendendo as formalidades legais, REQUER o envio de expediente à Secretaria da Agricultura, ao Ministério da Agricultura, ao Banco do Brasil S/A e ao Banco Central, solicitando a imediata liberação de recursos às 15 (quinze) cooperativas filiadas à Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Paraná, para implantar arrojado programa de eletrificação rural.

Requer, outrossim, o envio de expediente à Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Paraná, comunicando o teor do presente.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1980.

a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

1 — No dia 1.º de fevereiro, reuniram-se em Curitiba, representantes da OCEPAR — Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, da FECOERPA — Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Paraná, juntamente com o Secretário da Agricultura, Sr. Reinhold Stephanes, ocasião em que ficou acertada gestão junto a entidades de crédito, buscando a obtenção de recursos para cobertura da participação dos novos associados no programa, correspondentes a 20 por cento do investimento total e ao encargo das instalações das suas propriedades, no montante de até Cr\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de cruzeiros).

2 — Dia 04 de fevereiro, portanto 3 (três) dias após, o Secretário da Agricultura recebia a promessa do Banco do Brasil S/A., que comprometia-se em liberar recursos da ordem de Cr\$ 170.000.000,00, que atenderiam mais de 3.200 propriedades rurais do Paraná, o mais rápido possível.

3 — No entanto, até a presente data não aconteceu a prometida liberação dos recursos necessários, até porque correspondem a somente 20 por cento do total a ser investido no projeto.

4 — A imediata liberação dos recursos em referência é necessária, pois que o projeto de eletrificação rural atenderá milhares de famílias do campo que não possuem energia elétrica. E o fundamental é que este projeto será executado através de cooperativas, o que, inclusive, facilitará em muito aos beneficiados.

Acresce-se, por fim, que as 3.200 propriedades rurais do Paraná, a serem beneficiadas pelo empreendimento em questão, poderiam substituir máquinas e motores convencionais, movidos por derivados de petróleo, pelo uso racional da energia elétrica, bem como valorizar o resultado do trabalho dos agricultores e levar o bem-estar ao homem do campo, o que diminuiria — em parte — o êxodo rural.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à FUNDEPAR, solicitando a inclusão na programação de obras, para o corrente ano, da construção das seguintes Unidades Escolares, no Município de Grandes Rios:

01 — Construção de uma Unidade Escolar na Cabeceira da Limeira em terreno de propriedade do Senhor Nicolau Ferreira;

02 — Construção de uma Unidade Escolar na Água do Santa Galo (Água do Bocó) em terreno de propriedade do Senhor João Biscaia;

03 — Construção de uma Unidade Escolar na Barra da Limeira (Escola Cândido Portinari) em terreno do Senhor Vitor;

04 — Construção de uma Unidade Escolar na Barra da Água Amarela com o Rio Alonso (todas em funcionamento em igrejas tulhas casa de populares);

05 — Construção de uma Unidade Escolar no Bairro dos Turcos (Pinhal Grande);

06 — Construção de uma Unidade Escolar na Água Fria

(já não funciona mais);

07 — Construção de uma Unidade Escolar em Água Doce;

08 — Construção de uma Unidade Escolar na Serra dos Oitocentos e quatro (804);

09 — Construção de uma Unidade Escolar na ponte da estrada do Rio Campineiro;

10 — Construção de uma Unidade Escolar na Água do Imbú;

11 — Construção de uma Unidade Escolar na localidade de Água do Gamelão;

12 — Construção de uma Unidade Escolar na Gleba do Vale Ivaí, próximo ao Rio Botocudinho;

13 — Reparos no Prédio do Ginásio Estadual de Rosário.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1980.

a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido, se justifica porque a situação em que se encontra o Município de Grandes Rios em matéria de Educação é lastimável, pois em cada região citada existe cerca de 40 a 70 alunos que não podem adquirir cultura por falta de salas de aulas e professores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados ofícios aos Excelentíssimos Senhores NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA e EDSON MACHADO DE SOUZA, Digníssimos Governador do Estado e Secretário de Estado da Educação, respectivamente, agradecendo em nome da população do Município de Santa Mariana, pela doação feita através do Governo do Estado, do aparelho telefônico n.º 31-1326, ao Colégio Agrícola de Santa Mariana, conforme pedidos nosso e de uma comissão integrada por pessoas daquela comuna.

Tal doação veio contribuir para que se facilitassem não só os trabalhos afetos à direção do estabelecimento de ensino, como também aos seus professores, alunos e mesmo aos senhores pais de alunos quando em suas comunicações telefônicas.

Outrossim, requer seja dado ciência ao Senhor ANTÔNIO CARLOS BASSI, Diretor do mencionado colégio.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1980.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o plenário, o envio de ofício ao Sr. Secretário da Segurança Pública solicitando providências no sentido de apurar acontecimentos que vem ocorrendo na Delegacia da Lapa, uma vez que temos recebido diversas reclamações dos habitantes daquele município no que diz respeito ao atendimento e injustiças praticadas por aquele Delegado.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1980.

a) CARLOS ZANLORENZI

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Egon Pudell, inscrito.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Acabamos de regressar de Nova Santa Rosa, o jovem município paranaense situado no Oeste do Paraná. Em solenidade a que estivemos presente, foi inaugurado o Posto Avançado do Banco do Brasil, que, como se depreende, significa a

penetração do crédito, praticamente no extremo oeste do Estado, beneficiando consideravelmente o Município de Nova Santa Rosa e todas as regiões limítrofes.

Esse município, sob a administração fecunda e operosa do Sr. Armino Fischer, Prefeito Municipal, tem se destacado pelo seu inusitado desenvolvimento em apenas três anos, o que revela o seu tino administrativo e sua capacidade de trabalho.

Igualmente, na dita oportunidade, foi lançada a pedra fundamental do prédio a ser construído pela COOPAGRO, e onde, no futuro, funcionará o Banco do Brasil e o escritório da COOPAGRO.

A solenidade foi prestigiada com a presença de ilustres autoridades, entre as quais destacamos o Dr. Guerra, representando o Inspetor Ratto, do Banco do Brasil; Dr. Eloy Gomes, da CTRIN, Departamento de Comercialização do Trigo Nacional, do qual é Chefe da Divisão Especial do Banco do Brasil, cumprindo-nos salientar o seu empenho em favor da agricultura paranaense, e destacadamente o seu apoio ao triticultor; Sr. Werner Emil Frank, Gerente do Banco do Brasil em Toledo, cuja operosidade é altamente reconhecida em toda região; Sr. Duílio Genari, Prefeito Municipal de Toledo; Atílio Maróstica, Werner Zielasko e Walter Feial, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Secretário da COOPAGRO.

Parece-nos de relevante importância observar a alta significação da proximidade dos centros econômicos, dos centros de crédito, como é o caso deste Posto Avançado do Banco do Brasil em Nova Santa Rosa, representa a economia de tempo, de combustível, a agilização do atendimento aos interessados na obtenção do crédito, de um modo geral, aos associados das Cooperativas, principalmente aos da COOPAGRO, cuja sigla é um símbolo de respeito e de confiança a sua Diretoria. E, para exemplificar, assinalamos que a COOPAGRO recebeu acima de dois milhões e quatrocentas mil sacas de soja, da produção da presente safra, particularidade que dispensa comentários.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, desejamos externar os nossos cumprimentos, desta tribuna, aos Srs. representantes do Banco do Brasil, ao Sr. Prefeito Municipal de Nova Santa Rosa, aos Srs. Diretores da COOPAGRO e ao povo desta cidade de Nova Santa Rosa, que, com a sua presença, tanto prestigiou, em data de 7 do corrente, a inauguração deste Posto Avançado do Banco do Brasil, que, na realidade, representa o trampolim para a criação da própria Agência do referido Banco.

Ao finalizar, cumpre-nos declarar e reconhecer o apoio substancial que o Banco do Brasil vem facultando a todos os setores da economia brasileira, e, sobretudo, a nossa agricultura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde, no Pequeno Expediente, falando em nome da Liderança do PMDB, tendo em vista que nesta oportunidade a Mesa desta Casa não equacionou o problema de espaço de tempo das lideranças dos partidos que militam neste Poder.

Vou ler para que fique registrado nos anais desta Casa um manifesto ao povo brasileiro, expedido pelos metalúrgicos paulistas.

(Lê): "Os metalúrgicos continuam em greve apesar de considerarem a decisão da Justiça do Trabalho coerente e imparcial. Por que então continuamos em greve?

Há muitos anos vimos denunciando aos ouvidos moucos das autoridades que a classe patronal, através de toda a sorte de manobras fraudas a aplicação dos reajustes e aumentos salariais. A mais comum dessas manobras consiste na rotatividade da mão-de-obra, através da qual o empregado mais antigo, beneficiado com o reajuste é dispensado sem qualquer motivo, e, em seu lugar, outro é admitido mas com salário menor. Assim,

de nada adianta a luta por reajustes, tanto mais porque as empresas, alegando aumentos salariais que impediram pela rotatividade, conseguem elevar os preços de seus produtos onerando o bolso do consumidor.

Por outro lado, como se já não bastasse a estrutura sindical que mantém as entidades de classe atreladas ao governo, sem autonomia e sem liberdade, freqüentemente sujeitas às odiosas intervenções federais, a atividade sindical é sistematicamente reprimida pelas empresas com a dispensa sumária do trabalhador que demonstre liderança ou que participe da vida de sua entidade de classe. A diretoria do sindicato, com poucos elementos desligados da produção, não pode fazer frente a tanto trabalho, principalmente se levar em conta o crescente número de empresas e trabalhadores. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, órgão do Governo, a inflação nos últimos doze meses atingiu a assustadora cifra de 83,8%, índice muito próximo do maior reajuste oferecido pela classe patronal que, na primeira faixa, mal ultrapassou os 84% incluídos aí os 7%, situa-se abaixo da crescente inflação. Como se vê o tal reajuste generoso e exagerado situa-se poucos décimos acima da inflação.

Estão aí as bases do raciocínio que levaram os metalúrgicos à continuidade da greve. Queremos segurança no emprego, o poder de direção do empregador não deve ser absoluto. A ele, se opõe o dever comum e os interesses da comunidade. Não aceitamos mais o jogo hipócrita da fraude dos reajustes. Não toleramos mais que profissionais experientes e úteis percam seus empregos pela ganância do empregador que quer reduzir sua folha de pagamento e aumentar os lucros. Não achamos justo que se lute por aumentos que o patrão fraudará através da rotatividade, que a opinião pública perceba bem.

Não estamos em greve somente por alguns pontos a mais de aumento. Estamos em greve para assegurar a aplicação do próprio aumento. Se os patrões e o governo não querem ceder no que diz respeito a garantia de emprego e pela simples e boa razão de continuar dispensando seus empregados, desatentos aos problemas e dramas sociais que provocam, tendo a norteá-lo tão somente a sede de lucros. Na mesa de negociações, atendendo a uma proposta de Jundiaí, concordamos com os 7% desde que viessem acompanhados da estabilidade por 12 meses.

É isso que os comunicados oficiais escondem, sem estabilidade, nossa reivindicação de aumento salarial continua sendo de 15%.

Os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema atingiram um nível de consciência mais agudo. Eles sabem que não é possível qualquer progresso social duradouro sem sindicatos fortes e atuantes. E o sindicato só pode atingir seus objetivos se estiver presente dentro da fábrica através de delegados com estabilidade. A posição das empresas, principalmente das multinacionais, só se explica pelo desejo de continuar explorando seus empregados sem qualquer peia ou fiscalização. Nota-se que o atendimento de tal reivindicação não acarreta um centavo de despesa e a abstinção do patronado e do governo tem na base a preocupação retrógrada de impedir um sindicalismo sadio e verdadeiramente atuante."

Tendo em vista a exigüidade do tempo que me cabe nesta tribuna, continuará lendo, em nome da Liderança, a carta ao povo brasileiro, expedida pelos metalúrgicos do Estado de São Paulo, o eminente companheiro, Deputado Fiori Luiz, que representa nesta Casa a pujante cidade de Londrina, a capital do café.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Concluindo, Sr. Presidente, o manifesto dos metalúrgicos paulistas ao povo brasileiro:

"É evidente que desejamos um aumento mais compensador, principalmente tendo em vista as perdas do passado motivadas pelas manobras patronais, mais isso não afasta a novidade e principalmente a característica de nossa greve:

Pela primeira vez na vida desse País acontece uma greve pela estabilidade no emprego e pelo fortalecimento sindical.

Esse é o fato que carrega de valor moral esse movimento, tirado dele qualquer conotação de radicalismo ou de política. Nossas reivindicações principais atacam pela base o capitalismo selvagem que nos explora. Não estamos pedindo somente uns cruzeiros a mais, aos quais evidentemente temos direito. O que queremos amenizar a vida das empresas fortalece o povo na sua longa luta contra a marginalização e tem mais uma vantagem: não causa inflação. Os radicais estão do outro lado, desmascarados e contra a parede. São os mesmos que advogam uma solução de força já que contra eles estão a lei e a moral. O trabalhador pede pão e nos mandam metralhadoras em helicópteros. A possibilidade de intervenção não nos assusta. Não seria a primeira nem a última vez. O Governo fala que a lei está ultrapassada, reconhece sua origem fascista, mas teima em aplicá-la. O que não podemos aceitar é ficar de braços cruzados, esperando a mudança da lei. O que o Governo na realidade pretende é manter os sindicatos calados e subservientes, cheios de pelegos desprezíveis comprados com favores e mordomias oficiais. De nós jamais conseguirão isto. Enquanto estivermos à frente do Sindicato, ele será livre porque não aceitamos a canga. É por tudo isso que continuamos em greve. Somos uma cabeça erguida contra qual se voltam a raiva e intransigência do regime. Lutaremos até o fim. Cairemos, se preciso, mas de pé. Contamos com a compreensão e a ajuda de todos os brasileiros que pensam como nós e lutam pelas mesmas causas."

A Diretoria."

A publicação é de responsabilidade do Comitê de Solidariedade aos Metalúrgicos Paulistas, cujo primeiro trecho foi lido pelo nobre Deputado Darcy Deitos, da região de Campo Mourão e que concluímos.

O outro assunto, muito breve:

As obras da variante ferroviária e rodoviária de Londrina, estão praticamente paralisadas há mais de uma semana. A CBPO, empreiteira responsável, alega que não recebe verbas. A Prefeitura alega que o Governo está retendo estas verbas. E mais de 150 operários já receberam aviso prévio. Qual seria a trama? Se a CBPO não concluir as obras, retirar as máquinas, qual a empreiteira que deverá dar sequência às mesmas?

Vamos ficar alertas para este aspecto; porque sabemos que algumas empreiteiras estão ligadíssimas ao Governador Ney Braga. Poderia estar aí a chave da questão. O Prefeito Antônio Belinati mudou de partido alegando que precisava de verbas para não paralisar as obras em Londrina; mas elas estão praticamente paralisadas por falta de verbas.

E o que é sintomático numa declaração do atual Vice-Governador José Hosken de Novaes, numa entrevista à "Folha de Londrina", ele foi claro, é contra as grandes obras, as obras gigantescas, as obras faraônicas.

É para se pensar, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vamos aguardar o andamento para termos, realmente, uma visão clara do que se pretende por trás dos bastidores com relação a estas duas obras que Londrina reclamava há muito tempo, que o Prefeito Antônio Belinati iniciou, mas que estão paralisadas por falta de liberação das verbas estaduais e federais. Estaria havendo uma trama para se tirar a CBPO da jogada e se colocar uma empreiteira ligada ao Governador Ney Braga?

Fica aqui a pergunta.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje apenas para, rapidamente, justificar o requerimento de uma CPI com justificativa devidamente apoiado pela metade dos Srs. Deputados desta Casa, para que se apure irregularidades no DETRAN do nosso Estado.

Segundo as autoridades e as denúncias que vêm sendo feitas, nos últimos 10 anos foram expedidas 70 mil carteiras frias no Estado do Paraná, gerando lucros ilícitos na ordem de 300 milhões de cruzeiros; e cada Diretor do DETRAN que assume aquele posto, vem com as promessas de trazer as soluções, de acabar com a corrupção, de acabar com a venda de carteiras que vem dominando o Paraná e lamentavelmente nas épocas de política, o número de carteiras frias aumenta consideravelmente. Em 1978 tivemos esse negativo exemplo. Em 1976 o mesmo aconteceu quando das eleições para as prefeituras, quando os responsáveis pelos CIRETRANS do Paraná, resolveram a mando de cabos eleitorais, de prefeitos, de candidatos a prefeitos, fazer com que as carteiras frias tomassem conta do Estado do Paraná, colocando-se verdadeiras armas na mão de gente inabilitada, de gente incompetente. E por isso mesmo, o Paraná é hoje o campeão brasileiro na estatística, de acidente automobilístico. E, geralmente pela imperícia de quem domina a máquina.

Curitiba é a capital do Brasil também, em acidentes de trânsito. Só neste ano já temos aproximadamente duas mil colisões aqui na Capital. E o objetivo deste requerimento, é de fazer com que todos os Deputados desta Casa, independente de partido, possam participar, para que tenhamos, se não a solução total, para acabar com essa corrupção, mas pelo menos, grande parte do caminho seja solucionado, para que o povo do Paraná deixe de lado essa posição negativa na estatística de acidentes e de corrupção no DETRAN, que toma conta da imagem paranaense em todo o País.

Há pouco recebi um telefonema de Alagoas, onde dezenas de carteiras foram apreendidas; houve através de um Advogado aqui, o recurso. Houve portanto, o trabalho do Advogado em recorrer. E não se encontrou no DETRAN aqui de Curitiba, ou do Paraná, o prontuário dessas dezenas de carteiras frias. E lamentavelmente carteiras que foram vendidas ou compradas na cidade de Campo Mourão, do nosso companheiro Darcy Deitos e também do Deputado Augusto Carneiro. Há cidades no nosso Paraná, onde o número de carteiras é igual ou superior à população da cidade.

Volto a repetir. É o apelo que faço através desta tribuna, para que todos os Deputados possam participar, para que se acabe com esta corrupção. E mesmo aqueles do hoje PDS e da antiga ARENA, que se recusaram a assinar esse pedido, eu reitero a solicitação de que não ajudem a este Deputado, mas ajudem ao Paraná a fugir desta vergonhosa posição em que se encontra.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna, é para responder um pronunciamento feito ontem na minha ausência, do ilustre Deputado Darcy Deitos, que fez uma acusação ao Prefeito do Município de Peabiru, Sr. Jorge da Silva Pinto, fundamentado em edição do jornal, cuja edição saiu da sucursal de Campo Mourão, com depoimento do Presidente do PMDB, de Peabiru, que se diz agredido.

Não tenho por princípio, Senhores Deputados, abordar assuntos e casos pessoais, fazer acusação a adversários, pela simples acusação. Se algum dia ocupar esta mesma tribuna, para fazer uma acusação, ela deverá ser fundamentada em documento, com prova cabal do que digo, porém, levando-se em consi-

deração o que ontem, aqui, se disse de que a omissão é consentimento, necessário se tornou que eu viesse a esta tribuna, para responder àquela acusação, para que não se diga amanhã de que o prefeito é devedor das acusações que lhe foram imputadas por omissão.

O fato narrado pelo ilustre Deputado, e eu creio e repito dizendo de que foram naturalmente tiradas da edição do jornal, de um depoimento do que se diz agredido, é de que o Prefeito deixou de fazer a estrada que demandava do sítio do Sr. Adir, Presidente do PMDB de Peabirú. No entanto, a referida estrada é uma estrada que liga a sede do município a um distrito, é uma estrada de grande importância no Município de Peabirú, e às margens dessa estrada é que se acha a propriedade do Sr. Adir, Presidente do PMDB e este cidadão, com seus tratores, preparando a sua terra, vinha até a estrada e sem levantar a grade e o arado, danificara profundamente a estrada.

Para isso, um fiscal da prefeitura que tomou conhecimento, para lá se dirigiu e pediu a um cidadão, de que ele não danificasse a estrada, da forma como estava fazendo, o qual não foi atendido e até desabusado pelo Sr. Adir.

Em seguida, veio o Delegado de Polícia e educadamente, como o próprio Adir afirma no jornal, pediu que ele não continuasse estragando a estrada, porque iria prejudicar os demais moradores, e nem assim foi atendido.

Quis ele revidar a própria polícia, e houve, nessa hora, uma troca de palavras e nada mais foi além disso.

Posteriormente, o pai do Sr. Adir dirigiu-se à Prefeitura e no gabinete do Sr. Prefeito, veio com palavras agressivas, dizendo que era perseguição e coisas que nós, da política interiorana, conhecemos muito bem.

Pela primeira vez, o Sr. Prefeito mandou as máquinas refazer os danos que haviam na estrada, e pela segunda vez, o pai do Presidente do PMDB de Peabirú veio à Prefeitura agredir novamente o Prefeito. e nesta oportunidade, o prefeito mandou-o para fora, dizendo que lá na Prefeitura quem mandava era ele, e lugar de comércio era na praça pública e que ele fosse fazer o comércio na praça, e outras medidas não foram tomadas, levando-se em consideração a idade avançada desse cidadão, que é 70 anos.

Esse foi o fato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e para isso é necessário que se tome cuidado para quando se fizer denúncias, essas denúncias sejam respaldadas de documentos e de provas cabais, para que não se gaste tempo com denúncias infundadas.

Vim a esta tribuna para dizer que aquele apelo que o ilustre Deputado fez no final do seu pronunciamento, que pedia ao líder do PDS que interferisse junto ao prefeito para que ele não agisse arbitrariamente, como ele disse que tinha agido, devolvo ao ilustre Deputado Darcy Deitos que peça ao seu companheiro de partido, que ele não crie mais problemas para a cidade de Peabirú. Que ele não danifique mais as estradas do município, que servem não só a ele, mas a toda a coletividade.

E que o pai dele respeite o prefeito dentro do seu gabinete, porque ninguém pode ser agredido, principalmente porque ele que é um cidadão simples, humilde, pacato e trabalhador, que vem cumprindo com o seu dever.

Muito obrigado, Sr. Presidente - **(Sem revisão do orador)**.
O SR. PRESIDENTE — **(Fabiano Braga Côrtes)** Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É a quarta vez que a Câmara Federal, através da Liderança do Governo do PDS se recusa a dar quorum a um requerimento pedindo urgência, na apreciação de projeto que dá poderes às Comissões provisórias indicarem candidatos às eleições municipais previstas para 1980.

O clima hoje, Sr. Presidente, por mais que se negue, é

de que os mandatos de prefeitos e vereadores serão prorrogados, ainda que a Constituição estabeleça eleições, o Governo regateia, trama, recua e se recusa as indagações de clarear o ambiente para realização de pleitos em 80.

Alegam-se que não haverá possibilidade de organização partidária e realização de pleitos ao mesmo tempo, segundo as vozes subterrâneas que expõem os protagonistas do Governo. A crise que atravessa o País é resultado da profunda incapacidade de gerir os negócios públicos por esses homens que aí se encastelaram no Poder.

Tudo que se fez em termos institucionais nesses últimos 16 anos, é evado do vício da legitimidade. Mas não adianta buscá-la por meios inidôneos, como tem feito paulatinamente o Governo, ou ele enfrenta a história e aceita o risco de promover com seriedade, com honestidade, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, ou sofrerá os tropeços e os recuos que a própria História vai lhe trazer por julgamento.

Há uma perplexidade nacional, e o desejo de participação do povo no processo de decisões da vida política e da vida pública nacional, em todos os seus escalões. O povo e os partidos de oposição e informação, desejam que as eleições se realizem, se legitimem através de pleitos de consultas às populações de todos os municípios, de todos os distritos e de todas as comunidades.

Não se aceita mais argumento de prorrogação e esta proposta está sendo levada a efeito por reivindicação do próprio povo em todos os escalões das camadas sociais. Não basta só reformulações do texto constitucional, é imperioso que a Nação se movimente e se faça representar legitimamente, para elaborar uma Constituição que confira as mais altas aspirações de todo o povo brasileiro.

Mas, antes disso, Sr. Presidente, e por carência de tempo também, é mister que se realizem as eleições municipais e não por apenas dois anos, como se fala de mandato tampão. É necessário que as eleições municipais se realizem em todo o País e que elas se concretizem com mandatos de quatro anos como é tradição em todos estes tempos da república.

O País precisa retornar à sua normalidade e não se pode aceitar o argumento de que o País precisa voltar à sua normalidade econômica, para depois se estabelecer a sua normalidade institucional.

É inaceitável este argumento, este sofismático argumento, e esta posição do Governo. Porque o País está sendo mal conduzido, há muito tempo e precisa novamente se articular e se rearticular para voltar à sua normalidade, para que o povo possa voltar a ter confiança nas investidas que se fazem nas caladas da noite, através de manobras do Governo.

A Nação não confia mais nos homens que estão detendo mandatos ilegítimamente, e não é de acreditar que aqueles que possam ser prorrogados os mandatos, sejam também tidos como legítimos, porque não há legitimidade sem consulta prévia de todo o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente - **(Sem revisão do orador)**.
O SR. PRESIDENTE — **(Fabiano Braga Côrtes)** No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Há exatamente um ano, a nível de puro continuísmo, tomou posse do governo, do comando da nação, do país e do estado, mais um grupo, ou mais exatamente, de novo o mesmo grupo do já folclórico golpe de abril de 1964, composto ora por velhos ocupantes do poder, ora por algumas caras novas, para desempenhar a figura do que chamavam de um novo governo. Governo que ao ser chamado de novo pelos teóricos e áulicos do inusitado e velho sistema que nos impuseram há 16 anos, apesar de trazer no seu próprio perfil o ranço do velho e do superado e em seu qualificativo - novo - um paradoxo e uma incoerência semântica, chegava no entanto apoiado e sustentado

pela máquina massificante da propaganda oficial, com a proposta de significar também uma nova era para a nação brasileira, calçado em promessas de redemocratização, redistribuição de rendas, melhoria de padrões de vida para os brasileiros, correção de desequilíbrios sociais, fortalecimento da economia, revisão da política de segurança, implantação definitiva de critérios capazes de produzir uma efetiva justiça social, e uma série de outras anunciadas metas que, não fossem meras filigranas verbais, mas efetivamente realizadas, fariam do Presidente da República um verdadeiro estadista, e deste, um País realmente a caminho da liberdade e democracia plenas.

Embora nós, das oposições brasileiras, já soubéssemos antecipadamente, por uma questão de mínimo grau de informação que nos permitimos atribuir, por uma questão de experiências acumuladas no trato e no relacionamento compulsório com a ditadura e seus métodos, de que todo o prometido quase nada seria feito, por isto significaria a realidade de um novo pacto social para uma sociedade também nova, cujas raízes e princípios filosóficos são absolutamente incompatíveis com as premissas básicas sobre as quais se assenta e se mantém o golpe de 64, que é exatamente o capitalismo materialista, opressor e desigual. Mesmo assim, mesmo sabendo da improcedência e da carência de lógica entre o que diziam e prometiam e o que realmente iriam fazer, diante de nossa impotência em face de um casuismo que não elege mas escala, e diante da desigualdade de recursos e oportunidades para que tenhamos acesso aos meios de comunicação de massa e formação de opinião.

Queremos ver, como os alquimistas do sistema vão construir o bem a partir do alicerce do mal; queremos ver como vão encontrar a verdade através da mentira. Enfim, esperamos, porque como já disse Antônio Maria, "Brasileiro, Profissão Esperança".

É chegada a hora de abordarmos assuntos da mais alta seriedade. De abandonarmos as ilusões, de assumirmos o nosso verdadeiro perfil de país pobre, analfabeto, faminto, dotado de um governo e de um sistema injustos, onde campeia a corrupção, a injustiça social, a desigualdade econômica, a alienação de nossa economia, a doença, a concentração de rendas e da propriedade, o empobrecimento progressivo, o endividamento galopante.

E ao assumirmos o nosso verdadeiro perfil, por mais vergonhoso e humilhante que seja, a partir dele, começarmos a questionar os donos do poder acerca do que foi feito para modificá-lo, como por exemplo, o que foi feito diante da questão da terra, mais exatamente acerca da realização de uma verdadeira reforma agrária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes porém de iniciar a minha abordagem sobre o momentoso problema, peço vênica a esta Casa, para incluir em meu pronunciamento algumas citações e alguns dados de ordem política e estatística, no que diz respeito à distribuição e propriedade da terra no Brasil, que refletem por resultados já conhecidos, a necessidade da definição de uma nova filosofia para o trato com o problema, filosofia esta que configura inalienavelmente a necessidade de uma atitude política que estabeleça como critério de referência a primazia do trabalho sobre o capital.

E incluiremos essas citações, por mais aparentemente prolixa que possa se tornar nossa abordagem, de forma comparada e crítica, para que tomemos consciência das próprias contradições do problema em relação à postura e posicionamento do sistema que nos preside.

Por outro lado, para que forças da reação e do obscurantismo não venham mais tarde pretender minimizar o que aqui viemos dizer, como têm feito alguns latifundiários como o Sr. Flávio de Brito, Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, que a propósito da posição da Igreja no Brasil,

no tocante à questão da terra, pretendeu diminuir a importância da contribuição daquela instituição em defesa de uma sociedade mais justa, atribuindo-lhe rótulos e conotações meramente partidárias.

Aliás, a propósito das contradições a que nos referimos há pouco, vale dizer, que na verdade elas são muito mais do próprio governo e sistema em si, no seu âmbito decisório e comportamental, do que propriamente do problema da Reforma Agrária. Porque para esta, este País dispõe de diploma legal para a sua realização, inclusive com as normas jurídicas que regula o seu procedimento, que é o Estatuto da Terra.

Assim pois, a questão agrária no Brasil, e mais exatamente a da reforma agrária, em que pesem e até por isso, as suas profundas implicações no campo social e econômico, é antes de tudo um problema originário e eminentemente político.

Logo, na sequência, o episódio antes referido que envolve não apenas o Sr. Flávio de Brito, mas através de sua pessoa, todo um segmento social, econômico e político do País, merece ser olhado e abordado em princípio, para que também de início, saibamos em que terreno estamos pisando e estabeleçamos os parâmetros do que hoje, no Brasil, se configura numa verdadeira luta de classes, tendo de um lado os opressores e do outro, os oprimidos.

No final da década de 60, o saudoso Senador Robert Kennedy, calçado em informações da UNESCO e da própria Aliança para o Progresso, demonstrava em seu livro "O Desafio da América Latina", que neste continente a produção alimentícia per-capita não aumentava, em espaços de 10 anos; que 90 por cento de toda a terra encontrava-se em mãos de menos de 10 por cento de latifundiários, os quais detinham, e até hoje detêm 70 por cento das terras.

Na mesma oportunidade, diziz Roberto Kennedy, entre outras coisas: "A agricultura improdutiva é provavelmente o maior fator da pobreza latino americana" ... "A redistribuição da terra é uma tarefa difícil e complexa. Seu uso eficiente tem de ser recompensado e o seu mau emprego tem que ser penalizado".

E continuava Kennedy: "A reforma agrária exige um grande esforço político, pois ela é em suas raízes uma questão política: envolve determinação de reformar o sistema básico, social e político de uma nação. A terra é a principal forma de riqueza na América Latina, e seus proprietários, sem dúvida todo-poderosos, mantêm sua grande influência em toda a parte e, naturalmente, resistem às reformas. A redistribuição da terra em larga escala, implica necessariamente transformações no sistema das forças políticas internas de muitos países latino-americanos, que se deverão afastar das oligarquias e dos privilegiados, e dirigir-se no sentido de governos populares".

Pois bem: "hoje, em Plenário 1980, a coisa não se modificou nem um pouco. Ao contrário, piorou e para infelicidade nossa, somos exatamente nós, os pretensos líderes do continente a dar um péssimo exemplo acerca das ainda atuais e precedentes colocações de Robert Kennedy.

Há algumas semanas, numa reunião em São Paulo com o super-Ministro Delfim Neto, e Presidentes de Federações Estaduais de Agricultura, o Sr. Flávio de Brito, Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, dizendo bem da mentalidade e do comportamento facista do latifúndio nacional e de sua influência no governo, declarou na tampa e diante das lentes grossas que escondem a miopia do super-Ministro Delfim Neto, que a "Igreja Progressistas, os maus padres, maus políticos e maus funcionários públicos estão querendo comunizar o País através da alteração da estrutura fundiária (Entenda-se reforma agrária ou cumprimento do Estatuto da Terra). E foi mais longe essa figura impoluta chamada Flávio de Brito, quando debochada e ousadamente, como se fosse o grande defensor e protetor da propriedade privada, para que todos i

escutássemos, inclusive o faminto povo brasileiro, declarando: "A barra está pesada e não sabemos até quando vamos aguentar". E mais: "Que a despeito de já terem comunicado o fato às autoridades de segurança, nenhuma providência havia sido tomada até aquele momento".

Ora, Senhores, comecemos pela análise de alguns termos utilizados pelos representantes do latifúndio, colocados e usados inadequadamente, quando tentam qualificar mal a Igreja, que num gesto sumamente cristão e por isso mesmo coerente com os postulados de Cristo, nos últimos anos e principalmente depois de Puebla, vem defendendo a redistribuição da terra, para que todos participem com mais equidade das riquezas e dos benefícios do progresso.

Chamam-na de progressista e ao mesmo tempo a acusam de adepta de um processo de comunização. Segundo Aurélio Buarque de Holanda, ser progressista supõe a condição de partidário do progresso político, econômico e social.

Mas, pela colocação feita, esta Igreja e esta posição não servem aos latifundiários, aos potentados do conservadorismo anacrônico, porque ao ser a favor do progresso econômico, político e social, a Igreja defende uma nova estrutura agrária para o País, e ao defender essa idéia, segundo os privilegiados, é subversiva e comunista.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vamos entrar aqui em análise mais profunda acerca do absurdo e da incongruência de tal afirmação, porque todos sabemos não precisar ser muito sabido, para ver que acusar a Igreja de comunista ou querer encontrar em sua atuação conotações paralelas ou adjacentes é o mesmo que chamar o dia de noite e a noite de dia.

Logo, a colocação dos latifundiários só pode ser atribuída à burrice ou à má fé. Esta última, aliás, uma condição que lhes é mais peculiar e característica, porque como diz sempre o homem do campo num exemplo grosseiro mas verdadeiro, "Cavalo gavião não anda sozinho". E ao exercer a sua má fé, eles encontram pleno acasalamento com o governo e seus critérios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É provável que estejamos sendo contundentes em nossas colocações, mas não são menos contundentes do que a verdade que estamos retratando. Isto porque, este primeiro episódio enfocado confirma primeiro a verdade de Kennedy, quando disse dos proprietários todo-poderosos e de sua profunda influência junto aos setores de decisão; confirma pela mesma razão a verdade de nossa afirmativa, quando dissemos que a questão agrária no Brasil já se tornara uma luta de classes.

E essas verdades que confirmam uma terceira, a de que poderosos e governo se acasalam na má fé, e acabam se constituindo num flagrante, porque infelizmente é com essa escória da dignidade nacional, com esta casta de exploradores do povo e eunucos morais, com esta gang de bastardos da injustiça e da ganância, é com os privilegiados pela propriedade ilimitada, e com os representantes do capital que o governo se senta para discutir, para dar explicações e tomar decisões acerca dos problemas da agricultura e da terra, e não com o pequeno agricultor, com o homem do campo e com o campesino, que representam a força do trabalho e de produção.

E, por outro lado, porque não é admissível que o governo e latifundiários, que o governo e representantes de entidades da maior responsabilidade neste País, desconheçam a trágica realidade agrária do Brasil, e querer não mudá-la ou protegê-la ou ainda resisti-la, não merece outro qualificativo. A não ser o de que se trata de puro exercício da má fé. Senão, vejamos:

O ex-Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, em 1964, em Mensagem que enviava ao Congresso Nacional, dizia: "A necessidade de se dar à terra uma nova regulamentação, modificando-se a estrutura agrária do País, é de si mesma evidente, ante os anseios de reforma e justiça social de legiões

de assalariados, parceiros, arrendatários, ocupantes e posseiros que não vislumbram, nas condições atualmente vigentes no meio rural, qualquer perspectiva de se tornarem proprietários da terra que cultivam". A mensagem a que nos referimos, veio como inicial do então projeto de lei 4504, de 30 de novembro do mesmo ano, hoje Estatuto da Terra.

Pois bem, Sr. Presidente, mercê disso, mercê da promulgação e da vigência daquela lei, nos dias em que vivemos e portanto 16 anos depois, e como já dissemos não é admissível que governo e latifundiários não saibam disso, neste País de 4 milhões de propriedades agrícolas, que somam uma área de 490 milhões de hectares, 255 milhões de hectares pertencem a tão somente 1,7 por cento dos proprietários, o que significa dizer, em outras palavras, que 52 por cento do total de imóveis rurais, em termos de superfície física, constituem monopólio de menos de 2 por cento de todos os proprietários, ou seja, aproximadamente 40 mil pessoas.

E agora pasmem, Senhores. E pasmem sobretudo diante do absurdo não apenas do contraste, da exploração dos capitalistas da terra, ante a contrapartida da verdadeira força de trabalho dos explorados e dos milhares de trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terra deste País. Porque enquanto os latifundiários e privilegiados deitam e rolam sobre a injustiça social, ostentando num somatório com grupos multi-nacionais mais de 90 por cento da posse das terras aproveitáveis deste País, em termos de produção, os poucos pequenos proprietários são responsáveis por 58 por cento do valor total da produção.

Ao mesmo tempo, enquanto a pequena propriedade que detém apenas 69 milhões de hectares de terra, cultiva 21 milhões de hectares, dedica 33 milhões às pastagens e mantém 4 milhões em matas, deixando onze milhões de hectares como terras inaproveitadas. E, enquanto as propriedades intermediárias de 100 e 1.000 hectares têm uma participação de 29,4 por cento do valor da produção, cultivando cerca de 10 por cento de sua área, os grandes proprietários, os privilegiados, participam com apenas 12 por cento do valor da produção, cultivando apenas 2,9 por cento da área que dispõem e mantêm, num gesto de deboche e de pouco caso, diante da fome e da pobreza da nação, da impotência e da omissão do governo e do sistema, na medida em que também mantêm milhares e milhões de hectares inaproveitados.

E a coisa assume o nível de vergonha nacional, flagrando a corrupção, o protecionismo de grupos em detrimento da maioria e graças ao esmagamento do povo, quando se sabe, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o latifúndio, além de não produzir, ainda não cumpre com o seu dever fiscal. É ele, hoje, responsável por um débito do Imposto Territorial Rural da ordem de Cr\$ 300.000.000,00, o que significa 78 por cento do débito total, violando com isso, impunemente, o Estatuto da Terra, que prevê a penalização tributária às grandes áreas improdutivas.

E é para manter tudo isso. E é em nome de tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os latifundiários pedem providências governamentais de segurança, acusando a Igreja de comunista e os religiosos de maus padres, os representantes do povo de maus políticos. E o super-ministro vai ouvi-los. E o Governo da oligarquia os escuta.

No caso particular do Paraná, a força e a validade da força de trabalho e de produção do pequeno agricultor e proprietário de terra, também não é reconhecida pelo governo. Aqui, o somatório de áreas que variam de 10 a 50 hectares, são responsáveis por 73 por cento da produção de feijão, 47 por cento de algodão, 57 por cento de café, 64 por cento de milho em grão, 56 por cento de soja, 35 por cento de trigo e 57 por cento de arroz. Mesmo assim, nem mesmo por ocasião do episódio do confisco ou do imposto sobre exportações, não pôde contar o agricultor paranaense com uma palavra sequer de

solidariedade de seu governador nomeado pelo sistema, que como sempre se calou e se manteve omissa, preferindo manter-se em cima do muro, como sempre, a assumir uma posição de solidariedade com aqueles que representam a verdadeira força de produção do seu Estado, cuja economia, para agravar ainda mais a omissão do governador, é de características essencialmente agrícola e pecuária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Toca-me profundamente os meus sentimentos de brasileiro e de cidadão, e me surpreende que não ocorra o mesmo com os tecnocratas, políticos e outros bichos da fauna do sistema, porque os dados aqui lançados demonstram e flagram claramente que ao longo de 16 anos, nos transformaram e nos condenaram, todo um povo e toda uma nação, à condição indigna de juntar migalhas nos festins dos poderosos.

Mas, voltemos ao centro de nossa abordagem, porque não param aqui as trágicas constatações e pretendemos continuá-las agora com um enfoque a nível de denúncia, para o qual desafio os situacionistas a me contestarem.

Em 1968, o Professor Valdiki Moura, ex-Diretor do IBRA e autoridade internacional em Cooperativismo e Reforma Agrária, em seu livro "Abordagem da Reforma Agrária", dizia:

"Toda a Reforma Agrária que aumenta a riqueza ou a capacidade econômica rural, estará implicitamente ajudando a enriquecer as indústrias da periferia litorânea ou a das que se concentram nos grandes conglomerados urbanos, porque estimula a formação e ampliação dos mercados internos; MAS A RECÍPROCA NÃO É VERDADEIRA, PORQUANTO TEMOS VISTO O FLORESCIMENTO INDUSTRIAL ESTIMULADO PELO SUBSÍDIO OU PROTECIONISMO GOVERNAMENTAL OU DE GRUPOS DE INVESTIMENTO, também estimulado pelo aumento da renda urbana, sem que haja uma situação reflexa no campo, onde o agricultor de baixa rentabilidade não dispõe de meios para adquirir o indispensável à sua subsistência".

Mas, Sr. Presidente, mercê do que acabamos de citar, o que aconteceu no Brasil a partir da década de 1964, e pela década de 70 adentro, em matéria de política da terra com o beneplácito, colaboração e participação do governo oriundo do golpe de abril de 1964? E aqui vai a denúncia, Srs. Deputados.

Aconteceu que alienando ainda mais nossa economia e comprometendo severamente a soberania nacional, o governo brasileiro permitiu, vendeu, concedeu e até deu dinheiro para que grupos multinacionais tomassem conta de milhões e milhões de hectares de terra, e de lá remetam seus lucros para o Exterior, roubem os índios, usurpem e continuem mantendo seus privilégios. Dinheiro dado, nascido do sacrifício do povo, da intolerante carga tributária que se lançou sobre os brasileiros; dinheiro que poderia significar a minimização das injustiças.

Aconteceu que em 1974, a Volkswagen da Alemanha, com o apelido de Cia. Vale do Rio Cristalino, passou a deter 140.000 hectares de terra no Estado do Pará, em cujo projeto aplicou apenas 38,8 milhões de cruzeiros de recursos próprios e para o qual recebeu do governo brasileiro, incentivos da ordem de 116,4 milhões de cruzeiros.

Aconteceu que em 1966, a Bruynzel NA e Betlen Stell, com o cognome de Bruynzel Madeiras S/A, grupo holandês-americano, passou a deter 200.000 hectares de terras no Pará e no Amapá, em cujo projeto aplicou de dinheiro seu, apenas 2,9 milhões de cruzeiros, e recebeu do governo brasileiro, através da SUDAM, 8,8 milhões de cruzeiros.

Aconteceu que em 1972, o grupo japonês de nome TOYOMENKA, com o codinome de Superfine Madeiras S/A, passou a deter 300.000 hectares de terras no Estado do Pará, em cujo projeto aplicou de dinheiro seu, 6,6 milhões de cruzeiros, e para o qual recebeu do governo brasileiro, 17,3 milhões

de cruzeiros.

Aconteceu que em 1976, o grupo italiano da LIQUIFARM, que no caso atende pelo vulgo de Agropecuária Suiá-Missu, passou a deter no Estado do Mato Grosso, 670.000 de hectares de terra, em cujo projeto aplicou recursos seus de 85,8 milhões de cruzeiros, e em contrapartida recebeu do governo brasileiro incentivos da ordem de 257,6 milhões de cruzeiros.

Aconteceu que em 1973, o grupo americano National Bulk Carriers, do milionário americano Ludwig de tal, passou a deter a "irrisória" área de 3.600.000 hectares nos Estados do Pará e Amapá, para cujo projeto, recebeu do governo deste País, que deve mais de 50 bilhões de dólares ao exterior, além da isenção de impostos, também aval para empréstimos no exterior.

Aconteceu neste período, que Grupos estrangeiros multinacionais, através de empresas subsidiárias a que deram nomes brasileiros, tal como as prostitutas que escolhem nome de guerra para esconder sua verdadeira identidade, tomaram conta do País.

E tenho aqui uma lista de dezenas de outros casos, ao inteiro dispor dos Srs. Deputados ou de quem interessar possa.

A propósito deste vergonhoso episódio, vale citar aqui o que pensa o editor Ênio da Silveira, da Civilização Brasileira: "A Amazônia não é mais o inferno verde, o paraíso perdido, a hiléia misteriosa. Os satélites norte-americanos e os aviões do Projeto RADAM, operando com câmaras fotográficas especializadas e filmes infra-vermelhos, revelaram suas imensas riquezas, mantidas em segredo durante milênios sob o manto da floresta tropical. Os chamados "governos da revolução", ligados aos interesses privados e multinacionais (a estes sobretudo), querem transformar a Amazônia num Eldorado fantástico, convencidos de que ali se descobrirá, através da agricultura, da pecuária e das agroindústrias sofisticadas, o passe mágico que abrirá para o Brasil as portas por onde ele ingressará no clube seletivo das grandes potências.

Trata-se, na verdade, de um processo de violação e conquista da última área virgem do mundo e, ao mesmo tempo, com implicações sociais, políticas e econômicas que afetam seriamente a soberania nacional".

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, enquanto tudo isto ocorria na calada da noite, com o pleno desconhecimento da Nação Brasileira, graças à censura à imprensa, à manipulação de dados e à prepotência de uma realidade institucional calçada no arbítrio dos éditos e decretos, era preciso e fundamental que a máscara e a falsa imagem fossem mantidas.

Porque enquanto transformam este país numa senzala, e se adotam atitudes de mãe preta dos senhores invasores e usurpadores, o governo brasileiro se faz representar num congresso da ONU, em julho de 1979, em Roma, realizado pela FAO, e entre outras coisas subscreve as seguintes recomendações, contidas na Carta daquele conclave:

1 — A reforma agrária é um caminho para a transformação completa da vida e das atividades rurais, e os governos dos países devem recorrer a ela quando se trata de eliminar a miséria e melhorar a alimentação do povo (Vide problema da fome, da subnutrição e os altos índices de mortalidade infantil, no Brasil);

2 — Os camponeses devem ter assegurado o direito de acesso à terra, à água e a outros recursos naturais", (Vide Prelasia de São Felix do Araguaia, com as denúncias até hoje sem respostas de D. Pedro Casaldáliga, de que ali se mata e se expulsa os camponeses e índios da terra, sob os olhos de órgãos e representações governamentais, em nome de concessões às multinacionais);

3 — Onde existam limitações, os governos devem pensar em mudanças jurídicas, institucionais e políticas para garantir tal acesso". (Vide frase do super-ministro denunciada na Câmara

dos Deputados pelo Deputado João Gilberto: "Reforma Agrária é coisa de economista desocupado").

4 — O fim dessas limitações deve significar a distribuição da terra aos camponeses que não a possuem e aos pequenos proprietários, além da imposição dos LIMITES MÁXIMOS ÀS DIMENSÕES DAS PROPRIEDADES PRIVADAS". (Vide dimensões do Projeto Jari e outros tantos).

E agora eu pergunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já que tudo o que foi dito e prometido na verdade não foi feito, será que o que realmente foi feito e vem sendo feito e permitido e concedido, conforme acabamos exaustivamente de demonstrar, porventura teve algum resultado positivo no sentido de nosso progresso social, econômico e político?

Considerando que a questão agrária é ponto de referência para o nosso desenvolvimento, na própria medida em que envolve homem, capital, força de trabalho, tecnologia, educação e a própria terra, será que a não realização da reforma agrária diminuiu nossa dívida externa, aumentou nosso volume de exportações, equilibrou nossa balança de pagamentos, ou pelo menos contribuiu para conter um processo inflacionário insuportável?

Será que a política de concentração da propriedade de terra, adotada pelo governo brasileiro, em mãos de minorias de latifundiários privilegiados diminuiu o êxodo rural, o índice de criminalidade, a fome a pobreza do povo, ou pelo menos corrigiu em parte as injustiças sociais?

Será que a política de concessões e de incentivos fiscais a grandes grupos multinacionais e econômicos de grande porte, além de proporcionar conquistas meramente econômicas àqueles que visam lucros a curto prazo, conseguiu atingir algum objetivo social, no sentido de promoção do homem do campo ou mesmo do homem da cidade que busca empregos nos grandes projetos, na expectativa de um novo mercado de trabalho que seja realmente estável e que lhe assegure a promoção social de sua família?

Se conseguiu, quero saber quando, como e onde.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não me permite a exiguidade do tempo, nem caberia num único pronunciamento, entrar aqui em outros aspectos inerentes à política agrícola e agrária, como confiscos cambiais, política de tributos, elitização de crédito rural, ou mesmo o sério processo de concessão que vem sendo feito às multinacionais, através de uma atitude de fechar os olhos convenientemente para a necessidade do fortalecimento do cooperativismo, processo este que assegura hoje, às multinacionais, a detenção de domínio absoluto a nível de 97 por cento, sobre a comercialização de toda a produção agrícola do País, e outros que tais que aí estão desgraçando a Nação brasileira.

Mas é importante que deixe aqui manifestada, por imperativo de consciência de cidadão e de representante do povo, bem como em nome do meu partido, a minha estranheza diante do grotesco de nossa realidade, mais parecida com os diálogos de Ionesco ou peças de Dostoiévski. Confesso que estou perplexo.

Confesso que não entendo porque obra do diabo chegamos a tal ponto, ou porque obra de seus endiabrados filhos enquistados no poder, se fez e se faz tudo isso com este País. Confesso que não entendo e gostaria que aparecesse alguém que entendesse para que surgisse como um raio de luz a mostrar aos viajores e caminheiros cansados deste País, que são os camponeses, os pobres e os oprimidos, um roteiro seguro em meio à treva, cujos misteriosos caminhos, só os donos e manipuladores do poder conseguem trilhar e entender.

Mas, se os episódios; e abordagens até aqui focalizados e feitos não me permitem entender a situação a que chegamos, por outro lado me deixam entender plenamente porque até agora nenhuma resposta nasceu neste plenário, ou algumas outras surgiram estéreis de conteúdo e fatos comprobatórios.

Afinal, nós todos sabemos que é impossível defender o indefensável.

Dizia Robert Kennedy, que "a reforma agrária é a essência da dignidade humana e da democracia na América Latina", Dizia também, que dar a terra ao homem que trabalha é dar-lhe pela primeira vez um sentido de segurança. Algo mais do que meios de subsistência, mas um lugar onde defenderá seus direitos de cidadãos. É dar-lhe uma parcela de responsabilidade e um ponto de apoio na sociedade que o cerca".

No Brasil, todavia, tudo indica que esses conselhos e esses ensinamentos parecem não encontrar guarida e não encontrar eco, na medida em que os conselhos surgem, as lições nascem, ninguém as contesta, mas o tempo passa e nada de objetivo é realmente feito, no sentido da realização das reformas. Em contrapartida, em tudo que diz respeito aos fatores de resistência à realização dessas reformas, então as coisas parecem se compatibilizar plenamente.

Em 1820, Daniel Webster ensinava: "Se pudesse existir o mais livre dos governos, ainda assim ele não seria mais aceitável, se a tendência das leis fosse a de criar uma rápida acumulação da propriedade nas mãos de poucos, deixando dependente e sem fortuna a maior parte da população" . . . "O sufrágio universal, por exemplo, não poderia continuar a existir em uma comunidade onde houvesse grande desigualdade na distribuição da propriedade".

Agora vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como as coisas se combinam do ponto de vista dos pontos de estrangulamento.

No Brasil, não há o sufrágio universal para os cargos de governo, e há desigualdade na distribuição de riquezas; ou por outra, no Brasil há má distribuição de riquezas e não há o sufrágio universal. E tudo porque, como vimos antes, as coisas se interligam e se interdependem, formando a própria viga de sustentação do regime.

E as coisas a partir daí ficam mais sérias e profundas ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando a esse sistema e seus processos de interdependência, imorais e injustos, se confundem historicamente, homens, partidos e até instituições, como órgãos doentes de um organismo claudicante, que por subserviência e conveniência foram cedendo ao arbítrio e à prepotência e deles se tornaram o sustentáculo político e fonte de legitimação.

E cederam tanto, coonestaram tanto, e se confundiram tanto, que hoje já perderam a autoridade moral para dizer um basta, porque esse basta significaria dizer basta a si próprios ou a tudo que lhes mantêm no poder ou lhes confere o poder.

Assim, nossa compreensão pela ausência de resposta, decorre da constatação de que neste País, hoje, de um lado estão aqueles que dinamicamente perguntam, indagam, questionam e protestam, sugerem e reivindicam. E de outro, estáticos, permanecem aqueles que nada dizem e nada respondem, porque não podem e porque não querem assumir uma posição corajosa e independente, já que teriam que justificar seus próprios atos ao longo dos tempos ou colocar em xeque seus próprios privilégios.

A propósito, vale aqui e agora, o que nos ensina José Ingenieros: "Nas sociedades carcomidas pela injustiça, os homens perdem o sentimento do dever, desviando-se da virtude. O parasitismo deixa de inspirar repulsa a quem o usufrui, acanhalando-se suas vítimas na domesticidade. Os homens vivem escravos de fantasmas vãos, e maior honra recai nos indivíduos de menores méritos. A justiça emudece e se abisma. Onde mais medram os que mais se arrastam, as pernas não se usam para caminhar de pé; habituando-se a ver a nobreza separada do mérito, os homens renunciam a este para conseguir aquela; preferem uma boa prebenda a uma reta conduta, se aquela serve para inflar a nobreza e esta apenas para aumentar o mérito."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É irrecorrível a constatação de que com o passar do tempo, os homens recusam-se a trabalhar e a estudar ao verem que a sociedade cumula de privilégios os ociosos e os ignorantes e os reacionários. E é exatamente por falta de justiça, que os Estados se convertem em confabulações de favoritos e de charlatães, sempre dispostos a lucrar da Nação, mas incapazes de a honrarem com obras dignas, humanas e realmente revolucionárias no mais alto sentido da palavra.

Logo, parece não haver mais tempo para adiarmos medidas que reflitam a consciência de que, como já disse alguém, a história não é feita somente para nós, mas principalmente para os nossos filhos. Parece ser esta a hora de assumirmos que cada geração renova seus ideais e de que por isso mesmo é tempo de reconsiderarmos a história.

No Brasil, onde já dispomos de uma legislação que viabiliza a realização da Reforma Agrária, vazada nos termos contidos no Estatuto da Terra, há um vasto campo disponível e aberto para que a realizemos, fundados e embasados na criação e estruturação daquela propriedade familiar, de que já nos falava e ensinava o saudoso João XXIII, em sua encíclica *Mater et Magistra*, e que inclusive, Sr. Presidente, mais se adaptaria às nossas legítimas e verdadeiras perspectivas de progresso econômico, político e social, e enfim, à nossa realidade sociológica.

A execução do Estatuto da Terra, paralelamente a medidas de fortalecimento do sistema cooperativista, sem dúvida produziria uma fusão natural, onde assentados sobre uma realidade agrária de pequenas e médias propriedades realmente produtivas e rentáveis, constituiríamos uma grande força econômica, política, social e de trabalho. Força esta que além de neutralizar e eliminar distorções próprias do sistema ora vigente, como por exemplo eliminando processo de decisão política a influência econômica e financeira de grandes forças de reação estimuladas pelo governo, que são os atravessadores, intermediários e multinacionais, os quais como já dissemos, detêm o domínio de 97 por cento o total da comercialização de nossa produção agrícola; por outro lado, sem dúvida, seria o ponto de partida e de referência para que se modifique de vez o quadro sócio-econômico e político de nosso País.

Assim pois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Reforma Agrária afesta, preenhe de urgência por ser realizada, ainda que contra tudo e contra todos que encarnem as forças do obscurantismo, da reação e dos interesses alienígenas, porque entendemos que, acima de tudo, independentemente da vontade de grupos ou de alguns, historicamente há de se afirmar o interesse da Nação.

Dito isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no instante mesmo em que se fala de abertura política, e gestiona-se no sentido de devolver ao Legislativo e seus membros o devido lugar de influência e participação na gestão das coisas do Estado e da Nação, eu quero registrar estas palavras de relato, de protesto, de análise crítica, de trágicas constatações e também de denúncia, a nível de modesta contribuição de um cidadão, de um Deputado e, sobretudo, de um brasileiro, que apesar dos pesares ainda sonha, ainda luta e ainda quer com sinceridade e honestidade, a libertação e grandeza deste País.

E, se em torno delas não verter nenhuma palavra de que inscrevam nos Anais desta Casa, como testemunho vivo de que este Deputado e, (permita-me meu prezado Colega Líder da Bancada), também a Oposição deste Estado não se calou ou permaneceu placidamente omissa, no momento em que milhões de compatriotas, caminheiros humilhados e oprimidos, buscam em vão mas com esperanças imorredouras, um pedaço de terra para viver.

Que sirvam pois estas palavras, pelo menos para assegurar o lugar de respeito que a Oposição deste Estado sempre mereceu do povo do Paraná e do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para encerrar:

O estudioso Pompeu Borges, já diz que "Reforma Agrária como questão social, só existe para aqueles: que a sofrem ou a estudam".

Já há algum tempo, nos funerais dos lavradores, os camponeses cantam com Chico Buarque o velho refrão: "Esta cova em que estás . . . É a parte que te cabe deste latifúndio, é a terra que querias ver dividida . . ."

E o estadista John F. Kennedy, já alertou, há tempos:

"Aqueles que fazem a reforma pacífica impossível, tornam a mudança violenta inevitável".

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado, quero dizer para Vossa Excelência que estou aqui com vontade de sair do País, porque já está entregue para os estrangeiros.

Era só este o aparte, nobre Deputado.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Trajano Bastos, é com muito brilho que Vossa Excelência faz o discurso relacionado ao tema "Reforma Agrária."

Na verdade, Reforma Agrária é um tema, por assim dizer, para usar uma figura, um chapéu velho, surrado pelo sol, pela chuva, pelo vento, empoeirado. No entanto, nunca deixou, em todas as épocas, em quatro séculos de latifúndios, de História do Latifúndio no Brasil, de ser atual.

E hoje foi desarquivado esse tema que jazia em hibernação nos fundos dos arquivos palacianos. Exatamente porque os segmentos mais progressistas da nossa sociedade, mais humanitários, estão a ativar novamente essa discussão em torno da reforma agrária.

E um desses segmentos talvez seja a Igreja Católica, aliada também com outras Igrejas, ou seja, a Igreja em si; que quebrando o velho tabu da sociedade capitalista, cujo tabu, maior, é exatamente a propriedade privada. Quando na verdade a Igreja redescobre na Mensagem Evangélica, Velho e Novo Testamento, de que a propriedade privada é um conceito que surgiu durante a História. E como surgiu durante a História, feita por homens, também é mutável, como a História é mudada. É assim que no Velho Testamento, nós temos na fé judaica, que Deus, o único proprietário da terra, coloca o homem na terra e não diz em nenhum momento dos testemunhos bíblicos de que alguém tenha que possuir tudo e outro nada. Muito pelo contrário, em histórias contidas no Velho Testamento, temos a história de Acabe e Nabot, em que Deus condena a avareza de Acabe que tenta tomar a terra do pequeno lavrador Nabot, assassinando-o finalmente.

Inclusive nós temos em "Levíticos 25", o verdadeiro e autêntico projeto de reforma agrária no Velho Testamento, que regia o povo de Israel, depois de certo período, de 7 em 7 anos, a terra voltava a suas antigas possessões. A terra não poderia ser vendida em perpetuidade e termina a justificativa "Lei Levíticos 25", de que isso foi assim estipulado para que não haja nem ricos e nem pobres no meio do povo de Deus.

E testamentariamente nós temos a liberdade espiritual diante da propriedade. Em "Atos 4", nós temos a vida comunitária dos primeiros cristãos e assim poderíamos citar também os santos, os primeiros padres da Igreja Católica, de 354 D.C., como Crisóstomos, que diz que toda propriedade deveria estar orientada na sua função social, de tal forma que dispensaria a propriedade privada.

Ambrosios, outro grande pensador dos primórdios da Igreja primitiva, diz que a natureza oferece todos os bens para uso comunitário, pois Deus deixou crescer tudo o necessário para o homem, para que cada um alcançasse o alimento comunitário, e a terra também foi destinada ao uso coletivo. Assim a natureza estabelece uma propriedade coletiva, diz Ambrosios.

No entanto, usurpação e corrupção fez dela, um direito privado.

Em descoberta a essas verdades, também poderíamos falar de Lutero, de Calvino, que vêm ao encontro desses mesmos conceitos filosóficos e religiosos, é que a Igreja hoje toma posição, para rever esse tabu que se faz em cima da propriedade da terra, que é o tabu do conceito da propriedade privada, e logo são taxados de comunistas. Têm medo da idéia progressista, dizem que são subservis, que são comunistas, e no entanto, subversivo para o Brasil, e que merece atenção dos órgãos de segurança, é o Projeto Jari.

São tantas e tantas multinacionais que ameaçam seriamente não só a segurança de nossa Pátria, como ameaçam a vida do nosso trabalhador.

Naturalmente Sua Excelência haverá de referir-se a isso. Só para acrescentar esse aspecto do conceito religioso.

Muito obrigado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Eu agradeço pelo valoroso aparte que Vossa Excelência me oferece nesta tarde.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 48 Srs. Deputados.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(Faz soar os tímpanos) (É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 44 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, na qualidade de líder do Partido Popular nesta Casa, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor as diversas Comissões Técnicas deste Poder. — Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, na qualidade de Líder do Bloco Parlamentar Trabalhista, indicando o Sr. Deputado Mário Celso para compor as Comissões de Orçamento, Indústria e Comércio, Instrução Pública, Polícia, Redação e Recursos Humanos, e para suplente das referidas Comissões, o subscritor do presente, bem como para titular das Comissões de Justiça e Turismo. Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor as diversas Comissões Técnicas desta Casa. — Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades no DETRAN —.

A Presidência deixa de receber o referido requerimento, e devolve ao seu autor, para cumprir o que determina os Artigos 19, da Constituição do Estado, e 34, do Regimento Interno.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 185/79, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública o "Centro Espírita Missionários da Luz", com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 187/79, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Professores do Instituto Imaculada Conceição", com sede e foro na cidade de Jacare-zinho. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 188/79, de autoria do Deputado RENATO BUENO, que declara de utilidade pública o "Centro de Difusão e Informação Logosófica de Curitiba", com sede e foro em Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Vitória Borguezan, ocorrido na cidade de Francisco Beltrão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, no sentido de que sejam tomadas providências a respeito da denúncia sobre as condições de trabalho e remuneração dos mineiros que trabalham na mina de carvão da Companhia Carbonífera do Cambuí, no Município de Figueira. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

21 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita.

Não há quorum para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Pela ordem, concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. DARCY DEITOS — Requeiro a Vossa Excelência chamada nominal para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

22 Srs. Deputados responderam a chamada. Há quorum para prosseguimento da sessão e somente para discussão da matéria.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à nova Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — O requerimento que estava em pauta, seria o da Companhia Estearina Paranaense, ocasião em que foi pedida verificação pela chamada nominal, gostaria de discutí-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lembra ao nobre Deputado que o presente requerimento está com discussão encerrada da sessão anterior.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está em discussão o requerimento do Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo transcurso dos 125 anos de existência do Arquivo Público. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do inteiro teor do pronunciamento do ex-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu. — Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto ao Ministro da Saúde, tendo em vista o desligamento do cientista Albert Sabin da Campanha Contra a Poliomielite, e solicita ainda, voto de solidariedade ao referido cientista, pela sua honesta e corajosa posição. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, visando a construção de uma unidade escolar no Distrito de Prado Ferreira, Município de Miraselva. — Em discussão.

O SR. MÁRIO CELSO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Fricrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de repúdio à Confederação Nacional da Agricultura, pelas acusações que fez à Igreja, solicitando ainda, voto de solidariedade à Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros, pelo extraordinário trabalho que a Igreja vem desenvolvendo em favor dos oprimidos, dos sem terras. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, encarecendo imediatas providências no sentido de dotar Campo Mourão de um Posto de Saúde. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação, encarecendo sejam efetuados estudos visando conceder ajuda ao Colégio Agrícola de Campo Mourão, a fim de melhorar suas instalações. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Adia-se para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência desse uma olhada no plenário, que não há quorum para prosseguimento da sessão, e inclusive a bancada do PMDB deverá se retirar também, em sinal de protesto, porque nós estamos cansados de aqui comparecer e existem na Mesa, requerimentos que estão há mais de vinte dias para serem votados.

Requeiro a Vossa Excelência outra chamada nominal, para constatação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Deferido o requerimento do Deputado Darcy Deitos. Vai se proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada 7 Srs. Deputados. Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 171/78, 17 e 193/79; DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.ºs 1 e 2/80.

Marcando ainda uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 11, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 151, 156 e 184/70.

Levanta-se a Sessão.